

Política agrícola comum na UE

Reforma pós-2013

ROMENO Dacian Ciolos, recém-nomeado comissário para a agricultura e o desenvolvimento rural da UE, esteve em audiência pública no Parlamento Europeu, onde apresentou um discurso de tom reformista, cujos trechos seguem para o conhecimento dos nossos leitores.

Mercado livre ou regulamentado

A principal prioridade do meu mandato é definir as perspectivas da Política Agrícola Comum (CAP – Common Agricultural Policy) após 2013. Os nossos produtores europeus esperam estabilidade e previsibilidade, enquanto os consumidores esperam alimentos seguros e saudáveis, e os contribuintes precisam de garantia de que seu dinheiro é gasto com eficiência e transparência.

Apesar da sua necessidade, a reforma de Política Agrícola Comum não significa reduzir o apoio financeiro, mas adaptá-la para enfrentar os novos desafios.

Entre as três medidas a serem implementadas para melhorar a competitividade do bloco nos próximos três anos, listamos:

1. Ajudar os produtores a se adaptarem aos novos desafios, equilibrando o uso de pagamentos diretos;
2. Utilizar as negociações internacionais para ajudar os produtores;
3. Aproveitar melhor as oportunidades do mercado mundial.

Como os pagamentos diretos devem garantir um nível mínimo de renda para os produtores europeus, a reforma deve reequilibrar a maneira como os subsídios são distribuídos entre as regiões, os produtores e os Estados membros.

Para reforçar o equilíbrio entre propriedades grandes e pequenas, reconhecemos a necessidade de melhorar a justiça da distribuição e demonstrar que as pequenas propriedades também podem ser competitivas sob circunstâncias específicas.

Sobre as possíveis ferramentas de rede de segurança para garantir renda quando ocorrem fortes flutuações de preço, dispomos do modelo adotado para o setor de vegetais. O importante é não desacelerar o mercado, que deve ser livre para decidir o preço. Além disso, apoiamos a melhoria das relações contratuais entre os produtores e varejistas.

A produção agrícola deve ser considerada um serviço de interesse geral. A União Europeia deve garantir preços por volume de produção. Não devemos voltar aos antigos mecanismos de regulação do mercado. Temos de discutir e implementar novos mecanismos para evitar flutuações de preço.

A nossa visão é que o mecanismo de regulação do mercado deva garantir a estabilidade de renda e preços, mas apenas se levar em total consideração a oferta e a demanda.

Recentemente, tivemos crise em diferentes mercados agrícolas, a começar pelo setor de laticínios. A melhor resposta para mitigar essas situações é criar uma política capaz de representar as necessidades de todos os territórios europeus, de norte a sul e de leste a oeste, e, portanto, oferecer uma solução que seja “coerente com as necessidades da sociedade europeia”.

Não se trata de colocar a questão sob o foco de mais regras e menos mercados livres. Na verdade, precisamos de medidas

regulatórias não contra o mercado, mas para que ele funcione melhor. Em alguns setores, os subsídios podem ser mantidos.

Pequena propriedade e Doha

Em antigos países comunistas, a agricultura passa por uma crise ainda mais profunda do que na Europa Ocidental. Sabemos que as pequenas propriedades representam uma importante parte, não apenas nos novos Estados membros mas também no sul da Europa. Uma política estrutural é necessária para modernizar as pequenas propriedades e desenvolver as oportunidades existentes nos mercados onde há uma “grande demanda por produtos locais”.

Sobre a rodada de negociações de Doha, teremos de ser duros, pois já fizemos concessões significativas e não podemos avançar. Temos a opinião de que um acordo global é necessário, mas precisamos aguardar as propostas de nossos parceiros.

Qualidade e transgênicos

Temos preocupações com a falsificação de produtos agrícolas e seu impacto negativo sobre os mercados agrícolas dos Estados membros. Por isso, reforçamos a importância da política de produtos de qualidade da UE. Daremos apoio às atividades de pesquisa para criar tecnologias para melhorar as inspeções, a fim de garantir o respeito às normas de qualidade alimentar e aumentar a confiança dos consumidores.

Para apoiarmos a produção de qualidade, precisamos fazer com que os nossos elevados padrões sejam mais bem conhecidos e convencer os Estados membros a trabalharem juntos, para concorrerem em todos os diferentes mercados.

Se os estudos mostram problemas com a coexistência de produções de transgênicos e não-transgênicos, para garantir a liberdade de escolha, vamos deixar essa decisão para os produtores e os consumidores. Os Estados membros são responsáveis por checar se as regras estão sendo respeitadas. Precisamos de uma cooperação mais estreita. ■